

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendac
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em reais)**

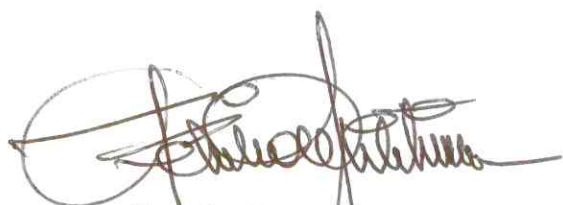
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa equivalente de caixa sem restrição	7	98.659	20.809	Fornecedores	14	371.819	383.271
Caixa equivalente de caixa com restrição	8	465	999	Obrigações tributárias e sociais	14	1.856.069	2.052.323
Títulos e valores mobiliários sem restrição	9	152.259	10.057	Obrigações tributárias	15	2.138.516	2.214.925
Títulos e valores mobiliários com restrição	10	570.767	285.753	Emprestimo	16	1.060.223	700.320
Contas a receber - Saúde		262.904	403.850	Adiantamento de clientes		18.707	238.833
Outras contas a receber	11	136.909	103.024	Outras contas a pagar		190.534	101.688
Estoque	12	618.440	876.195	Dívidas para receita		220.504	220.504
				Contratos públicos e privados a executar	17	473.259	68.249
Total do circulante		1.840.402	1.700.686	Total do circulante		6.329.632	8.960.113
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo	18b	8.923	8.923	Provisão para contingências	18a	620.546	413.853
Depósito judicial				Contratos públicos e privados a executar	17	606.712	714.229
Outras contas a receber	11	41.160	-	Bens comodato		139.246	95.492
				Obrigações tributárias	15	1.571.555	1.631.836
				Outras contas a pagar		56.145	129.314
				Emprestimo	16	2.771.538	1.717.138
Total do não circulante		54.083	8.923	Total do não circulante		5.768.782	4.701.863
Total do Ativo		15.540.773	16.294.489	Patrimônio Líquido			
		17.381.175	17.995.176	Patrimônio social	19	(2.042.514)	(851.584)
				Ajuste avaliação patrimonial		8.970.701	9.118.722
				Déficit do exercício		(1.645.397)	(933.958)
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		5.282.791	7.333.200
						17.381.175	17.995.176

Getúlio White Lima
Diretor Presidente

Conselho CRC ISP 256549/O-3
Fernando Marcelino Polysello

Demonstrações de resultados do período em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Em reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	17.466.596	21.712.590
Custos dos serviços prestados	21	<u>(16.506.321)</u>	<u>(21.023.235)</u>
Superávit bruto		<u>960.275</u>	<u>689.355</u>
Despesas por natureza			
Despesas Gerais e Administrativas	21	(425.456)	(531.860)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	21	<u>(153.096)</u>	<u>(53.984)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>381.723</u>	<u>103.511</u>
Resultado Financeiro			
Receita Financeira	22	20.213	40.070
Despesas Financeiras	22	<u>(2.047.333)</u>	<u>(1.077.519)</u>
Resultado financeira, líquida		<u>(2.027.120)</u>	<u>(1.037.449)</u>
Déficit do exercício		<u><u>(1.645.397)</u></u>	<u><u>(933.938)</u></u>



Diretor Presidente
 Getúlio White Lima

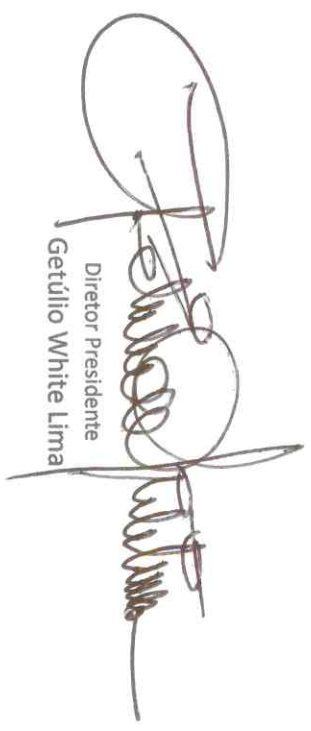


Contador

Fernando Marcelino Polysello
 CRC ISP 256549/O-3

Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

	2023	2022
Déficit do exercício	(1.645.397)	(933.938)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(1.645.397)</u>	<u>(933.938)</u>


Diretor Presidente
Getúlio White Lima


Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grandaac
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstrações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Em reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Déficit do período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.398	9.710.803	(950.270)	8.944.931
Transferência para patrimônio social	(950.270)	-	950.270	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	592.081	(592.081)	-	-
Ajuste de exercício anterior	(677.793)	-	-	(677.793)
Déficit do exercício	-	-	(933.938)	(933.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(851.584)	9.118.722	(933.938)	7.333.200
Transferência para patrimônio social	(933.938)	-	933.938	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	148.020	(148.020)	-	-
Ajuste de exercício anterior	(405.013)	-	-	(405.013)
Déficit do exercício	-	-	(1.645.397)	(1.645.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.042.514)	8.970.701	(1.645.397)	5.282.791


 Diretor Presidente
 Gerúlio White Lima


 Contador
 Fernando Marcelino Polysello

CRC ISP 256549/O-3

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

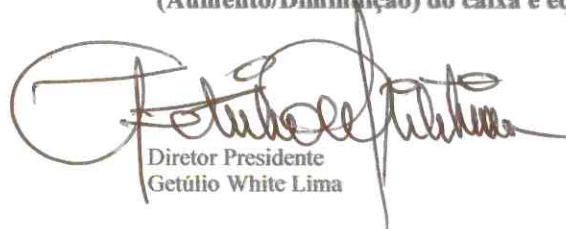
	2023	%	2022	%
Receitas				
Pacientes particulares	22.338	0,1%	142.810,20	0,7%
Pacientes convênios	1.357.102	8,2%	4.725.565,01	22,5%
Pacientes SUS	5.419.056	32,7%	3.836.267,85	18,3%
Receitas com trabalhos voluntários	164.679	1,0%	120.416	0,6%
Receitas com contribuições	7.120.703	42,9%	9.651.101	46%
Receitas com subvenções privadas	106.802	0,6%	15.421	0,1%
Receitas com subvenções públicas	230.098	1,4%	141.815	0,7%
Receitas diversas	1.299.923	7,8%	946.669	4,5%
	15.720.706	94,8%	19.580.065	93,4%
Isenção das contribuições previdenciárias	1.745.889	10,5%	2.132.526	10,2%
Valor adicionado bruto	17.466.595	105,3%	21.712.590	103,5%
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	(899.892)	-5,4%	(779.328)	-3,7%
Retenções	(899.892)	-5,4%	(779.328)	-3,7%
Receitas Financeiras	20.212	0,1%	40.070	0,2%
Valor adicionado recebido em transferência	20.212	0,1%	40.070	0,2%
Valor adicionado total a distribuir	16.586.915	100,0%	20.973.332	100%
Distribuição do valor adicionado				
Despesa com pessoal	7.352.167	44,3%	8.965.945	42,7%
Despesas com materiais	1.641.547	9,9%	3.509.600	16,7%
Serviços Básicos	363.924	2,2%	400.152	2,1%
Despesas com serviços	4.388.715	26,5%	5.154.130	24,6%
Custo da isenção das contribuições previdenciárias	1.745.889	10,5%	2.132.526	10,2%
Despesas com propaganda, marketing e eventos	2.762	0,0%	12.070	0,1%
Despesas com patrimônio e utilidades	117.711	0,7%	185.503	0,9%
Despesas com trabalho voluntário	164.679	1,0%	120.416	0,6%
Provisão para contingência	206.693	1,2%	81.292	0,4%
Despesas assistenciais	92.136	0,6%	14.643	0,1%
Outras despesas	108.751	0,7%	209.475	1%
Despesas Financeiras	2.047.332	12,3%	1.077.519	5,1%
Déficit do exercício	(1.645.397)	-9,9%	(933.938)	-4,5%
	16.586.915	100,0%	20.973.332	100%


Diretor Presidente
Getúlio White Lima


Contador CRC ISP 256549/O-3
Fernando Marcelino Polysello

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.645.397)	(933.938)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	899.893	779.328
Ajustes de depreciação relacionado ativo imobilizado	2.796	(89.029)
Resultado na baixa de ativos intangíveis e imobilizado	46.784	12.655
	(695.294)	(230.984)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	140.946	199.175
Estoques	257.755	(306.577)
Outras contas a receber	(19.105)	328.189
	379.596	235.571
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	(11.451)	(8.316)
Obrigações tributárias e trabalhistas	(312.945)	1.006.386
Outras contas a pagar	46.008	205.420
Empréstimos	1.414.303	85.049
Convênios Públicos e Privados a Executar	300.493	(175.886)
	1.436.408	1.112.654
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.060.141	1.117.241
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(8.868.869)	(5.382.467)
Resgate de títulos e valores mobiliários	8.454.484	5.640.367
Ajustes de exercícios anteriores	(405.013)	(677.793)
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	(12.831)	(19.403)
Aquisição de ativo imobilizado	(150.596)	(869.946)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(982.824)	(1.309.242)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa	77.316	(192.001)
No início do exercício	21.807	213.809
No fim do exercício	99.124	21.807
(Aumento/Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	77.316	(192.001)


Diretor Presidente
Getúlio White Lima


Contador CRC 1SP 256549/O-3
Fernando Marcelino Polysello

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Contexto operacional

O Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC é uma associação civil de caráter beneficente, de assistência social e filantrópica, sem finalidades econômicas ou lucrativas, inscrita no CNPJ (MF) 00.797.397/0001-94 e possui os Títulos, Registros e Certificações abaixo discriminados. O GRENDACC tem por finalidade e objetivos sociais amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas, através da promoção de ações nas áreas de assistência social e de saúde que contribuam para a obtenção de atendimento integral, podendo, mediante deliberação de sua diretoria, estender a proteção, assistência e o amparo a crianças e adolescentes portadores de outras doenças, sem qualquer distinção quanto ao sexo, raça, cor, religião ou condições econômicas ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos o GRENDACC desdobra suas atividades em vários setores, para tanto utiliza sua instalação ambulatorial, de sua propriedade, situado na Avenida Olívio Boa, 99, Jundiaí – SP.

Os recursos são oriundos de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde – SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas.

O GRENDACC também arrecada fundos referentes a eventos diversos organizados pela Instituição.

Por ser uma Entidade de interesse social, possuímos os seguintes certificados:

- A Instituição possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Saúde – CEBAS, renovado conforme Portaria nº 1.562, de 03/11/2016, publicada no DOU Pg. 56, em 04/11/2016, pela Portaria de nº. 643 de 29 de maio de 2019 recebeu o deferimento da Renovação do CEBAS para o período de 22 de fevereiro de 2019 a 21 de fevereiro de 2022 – Publicada no Diário Oficial de 31 de maio de 2019 - Seção 1 – p. 65 e conforme Portaria nº 145 de 02 de maio de 2022 para o período de 22 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2023.

Ademais, em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, na qual prevê que “§ 1º Será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação” informamos que a entidade protocolou em 10/11/2023, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.169330/2023-44, o qual se encontra pendente de julgamento.

Até a presente data o pedido de renovação se encontra em processo de homologação, destacando que estando a Entidade alcançada pelo disposto no § 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que “§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

Desta forma, a Entidade comprova sua condição de certificada, possuindo direito às imunidades das Contribuições Sociais uma vez que cumpre a Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021 e o Código Tributário Nacional – CTN.

- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES sob nº. 2716801 – 03 de setembro de 2003.

- Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE sob nº. 1624/2012 – Concedido em 06 de agosto de 2012, nos termos do Decreto nº. 57.501, de 08 de novembro de 2011.

- Certificado de Registro nº 1.1.9.9.5.0.1.1 e de Inscrição de Programas de Atendimento junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Jundiaí – SP. - CMDCA – Lei Municipal 7.102 de 25 de julho de 2008.

- Certificado de Registro nº. 09 junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jarinu – SP., deferido em dezembro de 2008, devidamente renovado por prazo indeterminado.

- Certificado de Registro nº. 20 junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Paulista – SP., deferido em outubro de 2011 e devidamente renovado em 13 de dezembro de 2018.

- Declaração de Utilidade Pública Estadual - Lei nº 10.417 de 24 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25/11/99. – Atualizada anualmente.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 4.862 de 24 de setembro de 1996, publicada na Imprensa Oficial em 02/10/96. – Prefeitura do Município de Jundiaí – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 1.958 de 16 de abril de 2012 e na mesma data Publicada na Imprensa Oficial - Prefeitura do Município de Cabreúva – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.166 de 13 de junho de 2012 e na mesma data Publicada na Secretaria de Administração e Finanças desta Prefeitura – Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Projeto de Lei n. 551 de 27 de outubro de 2011 – Câmara Municipal de Itupeva – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei municipal 2.219 de 13 de dezembro de 2011 e na mesma data Publicada e Registrada na Secretaria de Administração – Câmara Municipal de Louveira – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.078 de 17 de maio de 2011 e na mesma data Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Gestão Pública – Prefeitura do Município de Várzea Paulista – SP.

- Credenciamento no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON - Portaria nº. 935 de 07 de novembro de 2013.

- Ato Declaratório de Reconhecimento de Isenção de Contribuições Sociais nº 37311.007240/2006-35.

Plano de Administração

Considerando a continuidade operacional, em 2023 foram efetivadas as ações planejadas para o exercício com o objetivo principal de contribuir para o alcance a médio prazo do equilíbrio econômico-financeiro, com destaque para a reorganização da estratégia de atendimento hospitalar de pacientes oncológicos para o regime de 12 (doze) horas, sem alterações nos demais serviços ambulatoriais/hospitalares de consultas, exames, procedimentos e terapias. Essa ação gerou alguns desdobramentos, entre eles, a reestruturação do quadro de pessoal em função do novo horário de funcionamento, a terceirização dos serviços de análises clínicas e a redução de despesas diversas para a manutenção das atividades.

Os contratos para prestação de serviços de saúde foram repactuados com a expansão na oferta de vagas em novas especialidades médicas e o aumento de novos procedimentos eletivos, principalmente cirúrgicos pediátricos. Cabe ressaltar as negociações com instituições financeiras e convênios/contratos com prefeituras e operadoras de saúde privadas para o reequilíbrio de contratos, resultando em revisões importantes em alguns contratos.

Destaca-se a implementação de programas de desenvolvimento de recursos humanos – Programa de Desenvolvimento de Lideranças e Projeto Gente e Gestão, com novas etapas programadas para 2024.

Considerando as demonstrações contábeis de 2023, a Diretoria do Grendacc dará continuidade às ações iniciadas no exercício anterior, concentrando seus esforços em ampliar os contratos existentes e na prospecção de novas parcerias/convênios, diversificando as operações de saúde de acordo com a capacidade instalada do hospital.

Cabe ressaltar, a manutenção do compromisso da Administração de diminuir os débitos remanescentes dos exercícios anteriores, gerados pela indisponibilidade de recursos financeiros em caixa para a quitação de todas as pendências em seus respectivos vencimentos.

Para além das iniciativas com foco na sustentabilidade financeira, serão implementadas melhorias na infraestrutura e o prosseguimento na revisão de processos e fluxos em várias áreas, com o objetivo do aprimoramento e da melhoria contínua das operações e na gestão dos diversos recursos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6e – determinação da vida útil dos ativos imobilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 25 – instrumentos financeiros.

6 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Entidade. A Entidade adota como prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa.

c. Contas a receber - Convênios Públicos e Privados

Representam subvenções governamentais e de poder privado, que são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas pela Entidade possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução do projeto que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite será reconhecida em resultado.

d. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo.).

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e os custos com empréstimos capitalizados. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item

caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Prédios e Edificações	10 - 60 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Obrigações trabalhistas e sociais

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

g. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Entidade, de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que, qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante.

j. Apuração do resultado contábil e reconhecimento das receitas

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As práticas contábeis de reconhecimento de receita estão descritas na nota 19.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A Entidade adotou como prática contábil apresentar os juros recebidos de títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2023 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

(iv) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*.

m. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

n. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade, cujo objetivo é segregar as operações assistenciais das não assistenciais. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

7 Caixa e equivalentes de caixa sem restrição

	2023	2022
Caixa e bancos sem restrição	98.659	20.809
	<u>98.659</u>	<u>20.809</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa com restrição

	2023	2022
Caixa e bancos com restrição	465	999
	<u>465</u>	<u>999</u>

Os saldos reconhecidos nessa rubrica são de contas bancárias vinculadas a algum tipo de projeto público ou privado, que temos restrição para a movimentação das contas, utilizando conforme os convênios estabelecidos e prestando conta de seus pagamentos.

9 Títulos e valores mobiliários sem restrição

	Remuneração	2023	2022
CDBs - Renda Fixa sem restrição	90% a 104% do CDI	212.199	10.057
Título de capitalização	TR – Taxa referencial	140.060	-
		<u>152.259</u>	<u>10.057</u>

As aplicações financeiras registradas como títulos e valores mobiliários são utilizados como reserva financeira da Entidade para manutenção de suas atividades, de forma que não são utilizadas no fluxo usual do caixa.

10 Títulos e valores mobiliários com restrição

	Remuneração	2023	2022
CDBs - Renda Fixa com restrição	90% a 104% do CDI	<u>570.767</u>	<u>285.753</u>

As aplicações financeiras registradas como títulos e valores mobiliários com restrição são utilizadas para os convênios públicos e privados relacionados a projetos específicos para utilização de recurso.

11 Outras contas a receber

	2023	2022
Adiantamentos diversos (a)	55.499	40.452
Cheques custodiados	30.034	31.940
Aluguéis a receber	-	5.000
Título de capitalização	59.940	-
Outras contas a receber	<u>36.597</u>	<u>25.632</u>
	<u>182.069</u>	<u>103.024</u>
Circulante	136.909	103.024
Não circulante	45.160	-

(a) Refere-se, substancialmente, a saldo de adiantamento de férias a funcionários e adiantamentos a fornecedores.

12 Estoque

	2023	2022
Materiais médicos	208.830	368.675
Medicamentos	103.714	183.037
Alimentos	14.693	34.116
Químicos e saneantes	4.851	-
Material de escritório	15.533	28.214
Material de limpeza e descartável	15.889	31.218
Epi's e uniformes	3.186	3.679
Material promocional	30.042	5.253
Material de informática e manutenção	1.199	1.500
Bazar para revenda	220.504	220.504
	618.440	876.195

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.

13 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	31/12/2022 Custo	Adição	Baixa	31/12/2023 Saldo
Terrenos	6.940.000	-	-	6.940.000
Edificações e benfeitorias	10.117.384	-	-	10.117.384
Comodato	95.492	43.764	-	139.256
Veículos	77.627	-	-	77.627
Móveis e utensílios	335.267	-	(795)	334.472
Equipamentos e instalações	3.744.261	91.171	(35.207)	3.800.225
Imobilizações em andamento	-	-	-	-
	21.310.032	134.935	(36.002)	21.408.964
Depreciação				
Edificações e benfeitorias	(3.188.479)	(403.009)	-	(3.591.488)
Veículos	(74.128)	(2.625)	-	(76.753)
Móveis e utensílios	(187.714)	(28.652)	336	(216.030)
Equipamentos e instalações	(1.658.556)	(448.289)	1.747	(2.105.097)
	(5.108.877)	(882.574)	2.083	(5.989.368)
Provisão para perdas	-	-	-	-
	16.201.155	(747.639)	(33.919)	15.419.597

Dentro do controle do ativo imobilizado se temos segregados os itens de patrimônio que foram adquiridos por recursos próprios e recursos oriundos de convênios públicos e privados, onde segue abaixo o saldo composto:

	2023	2022
Imobilizado – Próprio	14.973.160	15.704.675
Imobilizado – Gestão Pública	421.403	455.881
Imobilizado – Gestão Privada	25.033	40.598
	<u>15.419.597</u>	<u>16.201.155</u>

14 Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Provisão para férias	543.395	817.434
FGTS a recolher	1.070.872	540.797
Salários a pagar	213.785	655.434
Outros	28.018	18.659
	<u>1.856.069</u>	<u>2.032.323</u>

15 Obrigações tributárias

	2023	2022
INSS a recolher	93.911	199.931
ISS a recolher	-	49
Pis/Cofins/CSLL a recolher	37.341	61.245
IR a recolher	62.371	166.654
Parcelamento de tributos (a)	3.516.449	3.418.882
	<u>3.710.071</u>	<u>3.846.761</u>
Circulante	2.138.516	2.214.925
Não circulante	1.571.555	1.631.836

(a) Composição de pagamentos dos parcelamentos de tributos a longo prazo

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

	Valor total	2024	2025	2026	2027	2028
PARCELAMENTO CSRF N° 13839-404.842/21-69	184.126	77.551	81.639	24.936	-	-
PARCELAMENTO IRRF N° 13839-404.842/21-69	462.093	194.483	206.804	60.806	-	-
PARCELAMENTO INSS REF. 3763917	58.160	34.742	23.418	-	-	-
PARCELAMENTO INSS - REF. 2884158	64.224	64.224	-	-	-	-
PARCELAMENTO INSS N° 634093274	62.441	62.441	-	-	-	-
PARCELAMENTO INSS N° 634287001	8.696	8.696	-	-	-	-
PARCELAMENTO INSS N° 637441540	60.288	37.129	23.160	-	-	-
PARCELAMENTO INSS N° 638515610	141.686	74.529	67.158	-	-	-
PARCELAMENTO INSS N° 639042120	61.543	29.119	29.362	3.062	-	-
PARCELAMENTO INSS N° 640234615	126.655	53.108	53.568	19.980	-	-
PARCELAMENTO RECEITA SIMPLIFICADO N°021100012001673233	19.375	15.787	3.588	-	-	-
PARCELAMENTO RECEITA SIMPLIFICADO N°021100012001424428	127.025	105.210	21.815	-	-	-
PARCELAMENTO INSS SIMPLIFICADO N° 64270706-5	23.258	19.270	3.988	-	-	-
PARCELAMENTO RECEITA SIMPLIFICADO N°021100012005226573	379.186	115.523	117.878	117.878	27.906	-
PARCELAMENTO FGTS 2020000134 - 04/2017 A 07/2019	172.685	172.685	-	-	-	-
PARCELAMENTO FGTS 2021013617 - 09/2019 A 11/2021	596.632	596.632	-	-	-	-
PARC. RECEITA SIMPL. N°02110001200435721382301 22.05.2	551.486	187.983	193.178	170.325	-	-
PARC. RECEITA SIMPL. N°02110001200436905562369 23.05.2	27.518	8.816	9.618	9.084	-	-
PARC. RECEITA SIMPL. N°02110001201036734352335 23.11.2	389.370	86.965	96.918	96.918	96.918	11.651
	3.516.449	1.944.894	932.092	502.989	124.824	11.651

16 Empréstimos

	2023	2022
Empréstimos bancários	3.424.735	2.245.667
Empréstimo com terceiros	105.000	-
Finame BNDES	-	7.499
Saldo negativo	<u>302.026</u>	<u>164.292</u>
	<u>3.831.761</u>	<u>2.417.458</u>
Circulante	1.060.223	700.320
Não circulante	2.771.538	1.717.138

16.1 Composição empréstimos bancários

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2023
Banco Daycoval	Capital de giro	18,50% a.a.	478.164
Banco Santander	Capital de giro	12,50% a.a.	1.292.224
Banco Caixa Econômica Federal	Giro SUS	18,25% a.a	1.654.348
			3.424.735
	Passivo circulante		653.197
	Passivo não circulante		2.771.538

16.2 Composição das parcelas de longo prazo

Instituição financeira	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2033	Total
Banco Daycoval	284.684	189.789	-	-	-	-	189.789
Banco Santander	451.532	451.532	451.532	451.532	188.138	-	1.542.735
Banco Caixa Econômica Federal	353.344	353.344	353.344	353.344	353.344	1.472.267	2.885.642
	1.089.560	994.666	804.876	804.876	541.482	1.472.267	4.618.167

16.3 Garantias

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

- . Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- . Garantia complementar FGI correspondente a 80% do saldo devedor.
- . Não há cláusulas restritivas (*covenants*) para esses contratos de empréstimo.

17 Convênios públicos e privados a executar

	2023	2022
Convênio Público a executar	893.016	525.016
Convênio Privado a executar	189.955	257.462
	1.082.971	782.478
Circulante	473.259	68.249
Não circulante	609.712	714.229

São os valores a executar de convênios firmados com Órgãos Governamentais e privados, conforme Resolução CFC 1.305/2010 (NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais) e a Resolução CFC 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002.

Este grupo é composto por valores a executar oriundos de contratos e/ou termos assinados com Empresas Públicas e privadas representados pelo seu valor nominal e original; cuja contrapartida está lançada no Ativo Circulante e não circulante e o reconhecimento da receita quando utilizado os recursos ou quando houver depreciação de bens do ativo imobilizado.

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

a) Provisão para contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2023	2022
Trabalhista	620.546	413.853
Total de contingências	620.546	413.853

Movimentação dos processos no exercício

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Trabalhista	413.853	206.693	-	620.546
Total	413.853	206.693	-	620.546

Além dos processos demonstrados acima, existem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

b) Depósitos judiciais

Estão registrados nessa conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, sendo está a sua movimentação e composição:

	31/12/2022	Adições	Baixas	Atualização	31/12/2023
Trabalhistas	8.923	-	-	-	8.923
	<u>8.923</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.923</u>

19 Patrimônio líquido

Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit ou déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens)

O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do “deemed cost” no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o Patrimônio Social. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária.

20 Receita operacional

	2023	2022
Receitas – Pacientes particulares	22.339	142.810
Receitas – Pacientes de convênios	1.357.103	4.725.565
Receitas – Pacientes SUS	5.419.057	3.836.268
Receitas com trabalho voluntário	164.679	120.416
Receitas com contribuições	7.120.703	9.651.101
Receitas com subvenções privadas (a)	106.802	15.421
Receitas com subvenções públicas (a)	230.099	141.815
Receitas diversas	1.299.924	946.669
Isenção das contr. previdenciárias	1.745.890	2.132.526
	<u>17.466.596</u>	<u>21.712.590</u>

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47
Prestação de serviços de Saúde	O cliente obtém o controle das receitas com prestação de serviços de saúde no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com saúde são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

a) São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e não governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais) e a Resolução CFC 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002.

21 Despesa por natureza

Despesas por função	2023	2022
Custos dos serviços prestados	(16.506.321)	(21.023.235)
Despesas gerais e administrativas	(425.456)	(531.860)
Outras (despesas) operacionais	(153.096)	(53.984)
	(17.084.872)	(21.609.079)
Despesas por natureza		
Despesa com pessoal	(7.352.167)	(8.965.945)
Despesas com materiais	(1.641.548)	(3.509.600)
Serviços Básicos	(363.924)	(444.152)
Depreciação e amortização	(899.893)	(779.328)
Despesas com serviços	(4.388.715)	(5.154.130)
Custo da Isenção das contr. previdenciárias	(1.745.890)	(2.132.526)
Despesas com propaganda, marketing e eventos	(2.763)	(12.070)
Despesas com patrimônio e utilidades	(117.711)	(185.503)
Despesas com Trabalho Voluntário	(164.679)	(120.416)
Provisão para contingências	(206.693)	(81.292)
Despesas assistenciais	(92.137)	(14.643)
Outras despesas	(108.752)	(209.475)
	(17.084.872)	(21.609.079)

22 Resultado financeiro

	2022	2022
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	12.831	19.403
Outras receitas financeiras	7.382	20.668
	<u>20.213</u>	<u>40.070</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos e financiamentos	(1.702.503)	(885.842)
Outras despesas financeiras	(344.830)	(191.677)
	<u>(2.047.333)</u>	<u>(1.077.519)</u>
	<u>(2.027.120)</u>	<u>(1.037.449)</u>

23 Benefícios sociais ofertados por meio de atendimento gratuito através do sistema único de saúde SUS conforme estabelecido na Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021

O GRENDACC é uma associação civil sem finalidades econômicas ou lucrativas, de natureza e caráter beneficente, cujos objetivos sociais estão inseridos no artigo 2º do Estatuto Social, registrado no Terceiro Tabelião de Notas de Jundiaí, tendo como principais finalidades amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas do município de Jundiaí e região, atendendo às disposições contidas na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus ao CEBAS – Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social, mencionado em seu Estatuto Social.

A Entidade atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde, disponibilizando 60% da sua capacidade total dos seus serviços de internações e ambulatoriais aos pacientes do SUS no município onde atua e na região.

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, a Entidade entrega junto aos documentos requeridos para prestação de contas, a Carta do Gestor Público local, onde este atesta o cumprimento das pactuações dos serviços prestados ao SUS.

Descrição	2023	Percentual		2022	Percentual
Atendimento SUS	54.644	86%		52.456	82%
Atendimento não SUS	8.687	14%		11.413	18%
Total de Atendimentos	63.331	100%		63.869	100%

24 Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal

Certificados, imunidades e isenções

O Grendacc é uma instituição filantrópica e social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado cujo Estatuto Social contempla os artigos 62 a 69 do Código Civil. A imunidade tributária para o terceiro setor está prevista no artigo 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

O direito à imunidade permite a entidade beneficente de assistência social, saúde e educação não realizar mais o pagamento dos seguintes impostos e contribuições: ISS, IPTU, ITBI, ICMS, IPVA e ITCMD; IR, IOF, ITR, IPI, II, IE; e INSS Patronal, PIS sobre a folha, SAT/RAT, Cofins, através de ação judicial em desfavor da União, estados e municípios que realize a cobrança da tributação indevida contra as entidades do terceiro setor que estejam enquadradas no artigo 150.

A Entidade está amparada também pela Lei Nº 9.532/97 que em seu artigo 12 especifica a imunidade tributária Federal, no entanto não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

Para usufruir da Isenção Tributária determinada, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende ao princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular e o registro das receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditores independentes legalmente habilitados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Isenções previdenciárias usufruídas

Para atender aos requisitos da legislação pertinente e em atendimento a ITG 2002 (R1) – entidades sem finalidade de lucros, a Fundação registra no resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

	2023	2022
INSS patronal folha	1.679.198	2.054.953
PIS sobre a folha de pagamento	60.403	73.919
INSS patronal autônomos	<u>6.289,17</u>	<u>3.653</u>
	<u>1.745.890</u>	<u>2.132.526</u>

25 Instrumentos financeiros

A Entidade não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a risco de crédito, risco de taxa de juros e risco de liquidez.

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	2023	2022
Caixa equivalente de caixa	99.124	21.807
Títulos e valores mobiliários	782.965	295.810
Contas a receber - Saúde	262.904	403.850
Outras contas a receber	<u>122.129</u>	<u>103.024</u>
	<u>1.267.122</u>	<u>824.491</u>

Risco de liquidez

A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2023 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo de R\$ 882.089 (R\$ 317.617 em 2022) frente a um

passivo circulante total na mesma data base de R\$ 6.136.906 (R\$ 5.960.113 em 2022) que representa uma posição líquida negativa de (R\$ 5.254.817) (R\$ 5.642.496 negativa em 2022). Conforme destacado em nota 1, a Administração já se tem um plano de ação para melhora do fluxo financeiro líquido da Entidade.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Entidade eram:

Instrumentos de taxa variável	2023	2022
Ativos financeiros - CDI		
Títulos e valores mobiliários	782.965	295.810
Empréstimo	<u>(3.831.761)</u>	<u>(2.417.458)</u>
Total	<u>(3.048.796)</u>	<u>(2.121.648)</u>

A Entidade mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade apresentava exposição líquida a taxa de juros no montante de R\$ 3.048.796 (R\$ 2.121.648 em 2022).

Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros

Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2023. Os cenários “Possível” e “Remoto” levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem, e as despesas com juros de debêntures estão calculadas até o término de cada contrato indexado.

		Provável	Possível	Remoto
	CDI (a.a.)	13,04%	16,30% 25%	22,82% 50%
	Saldo Contábil	Provável	Possível	Remoto
Títulos e Valores Mobiliários	782.965	885.064	910.589	936.113
Empréstimo	<u>(3.831.761)</u>	<u>(4.331.422)</u>	<u>(4.456.338)</u>	<u>(4.581.253)</u>
Exposição líquida em CDI	-	(397.563)	(496.954)	(596.344)

Estimativa do valor justo

A Entidade divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	782.965	782.965	295.810	295.810
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	99.124	99.124	21.807	21.807
Contas a receber - Saúde	262.904	262.904	403.850	403.850
Outras contas a receber	122.129	122.129	103.024	103.024
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	371.819	371.819	383.271	383.271
Outras contas a pagar	246.680	246.680	231.002	231.002
Adiantamento de clientes	18.707	18.707	238.833	238.833
Empréstimos	3.831.761	3.831.761	2.417.458	2.417.458
Convênios Públicos e Privados a Executar	1.082.971	1.082.971	782.478	782.478

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, classificadas como valor justo por meio do resultado, são classificadas na categoria nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Entidade não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases.

26 Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Grendacc haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras receitas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, registrou o montante de R\$ 164.679 (R\$ 120.415 em 2022), referente a trabalhos voluntários.

Departamentos	2023	2022
Artesanato	38.773	34.806
Bazar	74.188	52.857
Brinquedoteca	18.035	10.917
Capelania	1.213	1.297
Diretoria	9.606	7.242
Almoxarifado	1.325	540
Eventos	15.138	-

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Recepção/ BAX	324	540
TI	-	1.297
SND/ COPA	1.325	1.297
Manutenção	772	1.297
RH	3.976	2.594
Nota Fiscal Paulista	-	5.728
Total	<u>164.679</u>	<u>120.415</u>

* * *

São Paulo, 31 de dezembro de 2023


Diretor Presidente
Getúlio White Lima


Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC 1SP 256549/O-3

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em reais)

	Nota	2023	2022
Pacientes particulares		22.339	142.810
Pacientes convênios		1.357.103	4.725.565
Pacientes SUS		5.419.057	3.836.268
Receitas com trabalhos voluntários		164.679	120.416
Receitas com contribuições		7.120.703	9.651.101
Receitas com subvenções privadas		106.802	15.421
Receitas com subvenções públicas		230.099	141.815
Receitas diversas		1.299.924	946.669
Isenção das contr. previdenciárias		1.745.890	2.132.526
Receita operacional líquida	20	17.466.596	21.712.590
Despesas por natureza	21		
Despesa com pessoal		(7.352.167)	(8.965.945)
Despesas com materiais		(1.641.548)	(3.509.600)
Serviços Básicos		(363.924)	(444.152)
Depreciação e amortização		(899.893)	(779.328)
Despesas com serviços		(4.388.715)	(5.154.130)
Custo da Isenção das contr. previdenciárias		(1.745.890)	(2.132.526)
Despesas com propaganda, marketing e eventos		(2.763)	(12.070)
Despesas com patrimônio e utilidades		(117.711)	(185.503)
Despesas com Trabalho Voluntário		(164.679)	(120.416)
Provisão para contingências		(206.693)	(81.292)
Despesas assistenciais		(92.137)	(14.643)
Outras despesas		(108.752)	(209.475)
		(17.084.872)	(21.609.079)
Superávit antes do resultado financeiro		381.723	103.511
Resultado Financeiro	22		
Receita de aplicações financeiras		12.831	19.403
Outras receitas financeiras		7.382	20.668
Outras despesas financeiras		(344.830)	(191.677)
Juros empréstimos e financiamentos		(1.702.503)	(885.842)
		(2.027.120)	(1.037.449)
Déficit do exercício		(1.645.397)	(933.938)


Diretor Presidente
Getúlio White Lima


Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

À Diretoria Executiva da Entidade

GRUPO EM DEFESA DA CRIANÇA COM CÂNCER - GRENDACC

CNPJ:- 00.797.397/0001-94

Jundiaí – SP.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Ênfase – chamamos a atenção para as seguintes situações:

- **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**, conforme as demonstrações financeiras, que indica que a entidade GRENDACC apresenta em 31 de dezembro de 2023 excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante de R\$4,251milhões e patrimônio líquido que registra resultado de patrimônio social com déficit acumulado de R\$3,687 milhões,

decorrentes de geração negativa de caixa em suas operações, esses eventos e condições, juntamente com outros descritos na **Nota 1, em especial os planos da administração** que consideram, dentre outros a renegociação da dívida junto às instituições financeiras e fornecedores, reestruturação operacional de pessoas e processos, revisão de planos e convênios que geram receitas, dentre outros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

- 13 - **Ativo Imobilizado** – demonstrado ao custo de aquisição com respectivas despesas reconhecidas pelo método linear que não considera a vida útil conforme determina o CPC 27 e a NBC TG-27 do CFC sobre a alocação sistemática do valor depreciable de um ativo ao longo de sua vida útil.
- 20 – **Receita Operacional** - reconhecida por competência, exceto – **receitas com contribuições – decorrentes de doações em espécie pelo canal de telemarketing**, e parte de **Receitas Diversas**, que são reconhecidas no momento de suas realizações (regime caixa) conforme preceitua a norma contábil NBC TG 25 (CFC) – sobre ativo contingentes, por se tratar de receitas incertas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

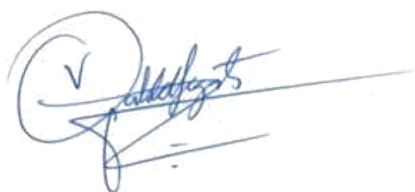
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil

de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Jundiaí, 25 de março de 2024.



Segato Consultores – Auditoria e Contabilidade Ltda

CRC 2SP15.697/O-9

Valdir Donizete Segato - CRC 1SP171.269/0-1

Cadastro Nacional de Auditores Independentes - **CNAI-CFC 1.776**

Membro do Ibracon – 5º. Seção Regional – Auditores Independentes – **5.386**



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS – Quadra 5 – Bloco j – Edifício CFC
Brasília/df – 70070-920
Telefone: (61) 3314-9600
www.cfc.org.br



CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES – CNAI

CERTIDÃO DE REGISTRO

Nome:	VALDIR DONIZETE SEGATO
Registro CNAI nº:	1776
CRC nº:	SP-171269/O
CPF:	025.102.418-00

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <https://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/externaautenticarcertidao.aspx>

Código de controle da certidão: A34654V157

Finalidade: atendimento à resolução cfc nº 1495/15 (cnaí)

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CERTIFICA, para os devidos fins, que o(a) contador(a) acima identificado(a) está inscrito(a) no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

Emitida em: 25/03/2024 19:20:00

Situação cadastral em: 25/03/2024 19:20:00

Certidão válida por 90 (noventa) dias

A falsificação deste documento constitui crime previsto no código penal brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES – CNAI



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Nº 2024/036082

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME	VALDIR DONIZETE SEGATO
NOME SOCIAL :	
REGISTRO	1SP171269/O-1
CATEGORIA	CONTADOR
CPF	025.102.418-00

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: São Paulo, 25/03/2024 às 19:18:30

Válido até: 23/06/2024

Código de Controle: 6135.9521.6820.3386

Para verificar a autenticidade deste documento, consulte o site do CRCSP.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CEP 01230 909 - Rua Rosa e Silva, 60 - Higienópolis - São Paulo - Brasil

Telefones: (0xx11) 3824-5400 (Tronco Chave) - Fax (0xx11) 3662-0035

ALVARÁ DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Nº Certidão: 2024/036081

Nome	SEGATO CONSULTORES - AUDITORIA E CONTABILIDADE LTDA
CRC No.	2SP015697/O-9
CNPJ	38.880.381/0001-13
Endereço	AV ANTONIO SEGRE, 420 - PONTE DE CAMPINAS 13201145 JUNDIAI SP

TITULAR / SÓCIOS / RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**PROFISSIONAL(IS) DA CONTABILIDADE**

1 VALDIR DONIZETE SEGATO (CT)

1SP171269/O-1

TITULAR

FILIAIS**NADA CONSTA**

Emitida em: 25/03/2024 - 19:17:46

Registrado em: 31/07/1990

Última alteração em: 08/02/2021

Certidão válida até: 31/03/2025 00:00:00

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal

A VERACIDADE DA INFORMAÇÃO PODERÁ SER VERIFICADA NO SITE : <http://www.crcsp.org.br>
Nº Controle: 7687.9521.6824.3887